

RELÓGIO D'ÁGUA

GEORGE  
STEINER  
EM  
THE NEW  
YORKER



Relógio D'Água Editores  
Rua Sylvio Rebelo, n.º 15  
1000-282 Lisboa  
tel.: 218 474 450  
fax: 218 470 775  
relogiodagua@relogiodagua.pt  
***www.relogiodagua.pt***

© George Steiner, 2009  
Introdução © Robert Boyers, 2009  
Todos os direitos reservados

Título: George Steiner em *The New Yorker*  
Título original: *George Steiner at The New Yorker* (2009)  
Autor: George Steiner  
Tradução: Joana Pedrosa Correia e Miguel Serras Pereira  
Introdução de Robert Boyers  
Revisão de texto: Sara Ludovico  
Capa: Carlos César Vasconcelos (www.cvasconcelos.com)

© Relógio D'Água Editores, abril de 2017

Esta tradução segue o novo Acordo Ortográfico.

Encomende os seus livros em:  
***www.relogiodagua.pt***

ISBN 978-989-641-609-6

Composição e paginação: Relógio D'Água Editores  
Impressão: Europress, Lda.  
Depósito Legal n.º 415455/16

George Steiner

George Steiner  
em *The New Yorker*

Tradução de  
Joana Pedroso Correia e Miguel Serras Pereira

Introdução de  
Robert Boyers

Antropos

O fenómeno de *1984* levanta precisamente a questão dos direitos fundamentais da imaginação. O debate tem, desde Platão, atravessado os limites permissíveis da ficção. Será que a representação esteticamente convincente da sexualidade, do sadismo, do fanatismo político, da obsessão económica induzem o leitor, o espectador ou o público a adotar uma conduta imitativa? De acordo com esta perspectiva, a censura não é uma inibição da liberdade do homem social. A censura cria esferas de espontaneidade, de experiência pessoal, de ignorância ou de indiferença terapêutica no interior das quais a grande maioria dos seres humanos deseja conduzir a sua vida no dia a dia. Terá o artista, terá o imaginador de absolutos literários ou filosóficos, algum direito a viver a nossa vida privada em vez de nós? Devemos, ou temos necessidade de confiar os nossos sonhos e os nossos pesadelos ao seu controlo dominador? O próprio Orwell estava preocupado, nervosa e puritanamente, com as repercussões da ficção de cordel e das histórias policiais, mais ou menos sádicas, na sociedade e na imaginação em geral. É assim que surgem dois dos seus ensaios mais profundos: «Boy's Weeklies», de 1939, e «Raffles and Miss Blandish», de 1944. Debruçando-se sobre as obras de

ficção de James Hadley Chase, Orwell encontra nelas um laivo de sadismo corruptor. São atitudes e valores do fascismo. Orwell analisou os textos com atenção. Na obra *He Won't Need It Now*, de Chase, refere Orwell, «o herói [...] pisa a cara de outra pessoa e a seguir, depois de lhe ter esmagado a boca, faz chiar o calcanhar, rodando-o várias vezes sobre a cara do homem». Em *1984* esta mesma imagem haveria de dar, se assim se pode dizer, frutos aterradores. No entanto, o que acontece na própria imaginação de Orwell? A dose de ferocidade, de vulgaridade, de tédio febril que a ficção de cordel e a indústria pornográfica injetam na sociedade é um fenómeno feio, mas também difuso e cujas verdadeiras consequências sobre o comportamento permanecem duvidosas. A apropriação, a difamação antecipada do ano de 1984 através da obra *1984* é uma proeza muito mais peculiar e empolgante. Será que a literatura tem licença moral para retirar do tempo futuro a sua conjugação de esperança?

Não há sinal de que Orwell tenha alguma vez feito a si próprio tal pergunta. A metafísica e a grandiloquência não eram o seu forte. A sua sensibilidade áspera era tão resistente à elevação como um bolo num café inglês, numa noite de novembro. Além disso, enquanto Orwell escrevia *1984*, os seus próprios dias estavam a chegar ao fim. A tuberculose, de que sofria com maior ou menor intensidade há já muito tempo, declarou toda a sua virulência em 1947-48. Orwell sabia que estava a morrer (morreu cerca de seis meses após a publicação do livro). De facto, a doença terminal talvez seja a única constante na história privada de *1984*. Apesar da correspondência de que podemos dispor, dos escritos suplementares e dos testemunhos contemporâneos, continuam por esclarecer muitas circunstâncias da génese e da intenção desta obra.

Na carta dirigida a Warburg no dia 22 de outubro de 1948, Orwell afirma ter pensado pela primeira vez na sua história em 1943. A 26 de dezembro, aludindo à apresentação publicitária do editor, Orwell diz que o que *1984* «pretendia mesmo fazer era discutir as implicações da divisão do mundo em 'zonas de influência' (lembrei-me disto em 1944 na sequência da conferência de Teerão), e além disso mostrar, recorrendo à paródia, as implicações intelectuais do totalitarismo». A ligeira disparidade na data de início — 1943 numa das

declarações, 1944 na outra — é insignificante. O que interessa é que não temos outras provas respeitantes quer a uma, quer a outra cronologia. George Orwell tem uma reputação invejável de honestidade e não há razões para crermos que estivesse a tentar enganar-se a si mesmo, ou a enganar os outros. É perfeitamente plausível que a ideia de escrever uma espécie de sátira utópica acerca de um mundo ideologicamente dilacerado, num planeta perigosamente dividido entre superpotências, tenha ocorrido a Orwell durante a última fase da guerra na Europa e depois de uma das cimeiras entre Churchill, Roosevelt e Estaline. Mesmo assim, deve ser referido que uma data precoce era muito mais conveniente a Orwell. É que *1984*, tal com Orwell o concebeu e como o conhecemos hoje, depende crucial e intimamente de outro livro. No que diz respeito a este ponto crucial, o testemunho de Orwell é — escolhendo a palavra com cuidado — reservado.

A crítica de Orwell da obra *Nós*, de Y. I. Zamiatine, foi publicada no dia 4 de janeiro de 1946 no *Tribune*, um semanário de credo de esquerda independente. Orwell lera o texto russo numa tradução francesa. Classificou-o como «uma das curiosidades literárias desta era de inflamação livresca». O livro *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley, cuja influência sobre *1984* foi reconhecida repetidas vezes por Orwell com uma facilidade despreocupada, «deve provir em parte» de Zamiatine. Apesar do que possa parecer, apesar de Zamiatine se ter autoexilado da União Soviética, e apesar da retirada completa do seu livro naquele país, *Nós* não se dirige, na opinião de Orwell, a qualquer país ou regime em particular. Satiriza e tece avisos a respeito dos «objetivos implícitos da civilização industrial». Prova disto, diz Orwell, é Zamiatine ter escrito, desde que veio para o Ocidente, «algumas sátiras mordazes sobre o estilo de vida inglês». De facto, em 1922, Zamiatine estivera preso na mesma ala da mesma prisão na qual a polícia czarista o pusera em 1906, mas *Nós* devia ser lido como «um estudo da Máquina, do génio que o homem, por incúria, deixou sair da lamparina e agora não consegue voltar a pôr lá dentro». O crítico encontra qualidades óbvias na imaginação de Zamiatine. As suas intuições políticas e o seu conhecimento da «idolatria do líder» fazem mesmo com que o romance russo seja «superior ao de Huxley». Mas acrescenta: «Tanto quanto posso ava-

liar, não é um livro de primeira categoria.» Em carta a Warburg de 30 de março de 1949, estava *1984* a caminho do prelo, Orwell defendeu a eventual publicação de uma versão de *Nós* em língua inglesa. Mas o seu entusiasmo fica, uma vez mais, claramente abafado. Não há indicação de que Orwell tenha mudado de opinião a respeito do estatuto da obra.

*Nós*, de Zamiatine, publicado em 1924, fala da existência humana no «Estado Único». Este Estado, governado pelo «Benfeitor», impõe controlo total sobre cada um dos aspetos da vida física e mental. A vigilância e a punição estão nas mãos da polícia política, os chamados «Guardiões». (É evidente o pastiche satírico que Zamiatine faz de *A República* de Platão). Os súbditos do Benfeitor moram em casas de vidro, expostas a inspeção e a gravação constantes. Os homens e as mulheres não são identificados pelo nome próprio, mas por números. Há senhas de racionamento que lhes dão direito a correr as cortinas e a desfrutar da «hora de sexo». A história de *Nós* narra a tentativa de rebelião de D-503, que é, tal como o próprio Zamiatine, um engenheiro competente mas ao mesmo tempo «uma pobre criatura vulgar» (descrição de Orwell no seu artigo). D-503 apaixonou-se e é arrastado para a prática da conspiração. Uma vez capturado pela polícia que tudo vê, trai a sua amada, 1-330, e os seus cúmplices. Assiste à tortura de 1-330 com ar comprimido dentro de uma campânula de vidro. No entanto, ela não se vai abaixo e tem de ser eliminada. D-503, pelo contrário, recebe tratamentos de raios X para se curar de um tumor chamado «imaginação». Sobrevive e mostra o seu reconhecimento pela preocupação omnipresente do Benfeitor.

Não foi por acaso que citei estas passagens da obra de Zamiatine, selecionadas por Orwell para a sua crítica literária. O «Estado Único» converte-se na «Oceania» de *1984*; o Benfeitor é transformado no «Grande Irmão»; os Guardiões equivalem à «Polícia do Pensamento» de Orwell; Winston Smith conserva, de facto, um nome, mas é oficialmente chamado e conhecido como «6079 Smith W». A questão da sexualidade autêntica contra a sexualidade programada, do ato de amor entre um homem e uma mulher enquanto derradeira fonte de insurreição libertária, é o busílis de ambas as narrativas. As torturas psicológicas e físicas dentro da campânula de vidro

estão mais ou menos refletidas na sala 101 em *1984*. A eficácia das habitações de vidro é exatamente a que é conseguida com os telecrãs de Orwell. Tal como D-503, Winston Smith curar-se-á do cancro da imaginação autónoma, do desenvolvimento maligno da memória privada. No que diz respeito ao enredo, a diferença está no facto de a heroína de Zamiatine morrer sem se deixar vencer, ao passo que a Júlia de Orwell acompanha o seu amado de outrora na traição e na autotraição.

À exceção de um facto — e este é, conforme veremos, o toque genial de *1984* —, todos os temas relevantes e grande parte das situações narrativas do texto de Orwell têm origem em Zamiatine. Sem *Nós, 1984*, tal como o conhecemos, simplesmente não existiria. Nada sabemos sobre o que poderá ter sido ou não o embrião do projeto de Orwell em 1943 ou 1944. Sabemos que o enredo e a conceção de *1984* tiveram origem numa leitura da obra de Zamiatine feita durante o inverno de 1945-46. Foi em agosto de 1946 que Orwell deu início à sua versão do inferno que está para vir. E temos de concluir que terá sido devido a esta dependência crucial de *1984* do seu antecessor amplamente esquecido, que as referências de Orwell a Zamiatine se tornaram tão difíceis e tão fortuitas de determinar.

Outras fontes de ideias podem ser prontamente evocadas. Incluem *The Sleeper Awakes*, de H. G. Wells, *O Tacão de Ferro*, de Jack London (um livro que terá, sem dúvida, influenciado grandemente Orwell), e, claro, *Admirável Mundo Novo*. Contudo, os escritos de James Burnham parecem ter sido mais importantes do que qualquer dos anteriores. O artigo de Orwell «Reflexões sobre James Burnham» foi publicado na revista *Polemic* de maio de 1946. O conceito de «gerencialismo» de Burnham, que remonta a 1940, e a sua visão de um nivelamento apocalíptico da sociedade humana submissa à tecnocracia afiguram-se a Orwell como algo profundamente estimulante. Orwell considera que o retrato de Estaline feito por Burnham em *O Herdeiro de Lenine*, de 1945, é suspeito; que o fascínio de Burnham pelo grande líder e absoluto soberano bélico produzira um «ato de homenagem e também de auto-humilhação». Mas algumas ideias patentes na descrição de Burnham virão, de facto, à superfície com a personagem Grande Irmão. «Enquanto o homem comum tiver direito à sua opinião», conclui Orwell, nem

tudo está perdido, e ainda se poderá vir a verificar que as profecias de Burnham estão erradas. Estamos de novo perante uma ideia que virá a ser desenvolvida em *1984*. A 29 de março de 1947, quando o trabalho no seu livro estava em pleno andamento, Orwell publicou em *The New Leader*, de Nova Iorque, uma longa recensão a *The Struggle for the World*, de Burnham. Orwell considera que a opinião vociferadora de Burnham a respeito da iminência de uma investida soviética sobre o Ocidente é um exagero. A imagem implícita de um mundo irremediavelmente dividido entre o capitalismo americano e o marxismo soviético é simplista. De acordo com Orwell, *há* uma terceira via — a do «socialismo democrático». Depois de duas guerras homicidas e praticamente internas, o dever histórico da Europa é mostrar que o «socialismo democrático» pode ser posto em prática. Orwell argumenta que os «Estados Unidos Socialistas da Europa» podem ser muito difíceis de instituir, mas que tal não é de certeza impossível. Isto pode de facto ser a solução frágil e fugidia para a sobrevivência humana. A discussão de Orwell com Burnham conduz sem dúvida alguma ao pivô «eurocêntrico» de *1984*. O significado do título descartado para o romance, *O Último Homem na Europa*, torna-se assim claramente perceptível. A tentativa falhada de Winston Smith de preservar a sua individualidade, de conhecer e recordar o passado histórico, representa uma recusa categórica da Europa quer ao totalitarismo estalinista, quer à cultura de massas anti-histórica do capitalismo americano. Com a derrota e a abjeção de Júlia e de Winston, «o último homem na Europa» acabou por se extinguir.

O artigo de Orwell, «The Prevention of Literature», foi publicado na revista *Polemic* em janeiro de 1946. Neste artigo voltamos a encontrar os pontos de vista de Orwell e elementos que em breve irá utilizar em *1984*, amadurecendo, por assim dizer, alusões a *Zamiatine*. «“Atrever-se a estar só” é ideologicamente criminoso e, na prática, arriscado.» Nenhuma ordem totalitária pode permitir a brincadeira anárquica com os sentimentos do indivíduo, nem a invenção literária:

Uma sociedade totalitária que tivesse conseguido perpetuar-se a si própria estabeleceria, provavelmente, um sistema de pensamento esquizofrénico, no qual as leis do senso comum seriam válidas na

vida do dia a dia e em algumas ciências exatas, mas poderiam ser ignoradas pelo político, pelo historiador e pelo sociólogo. Hoje em dia há inúmeras pessoas que pensam que seria escandaloso falsificar um manual científico, mas não veriam mal algum em falsificar um facto histórico. É no momento em que literatura e política se cruzam que o totalitarismo exerce maior pressão sobre o intelectual.

Nesta noção de esquizofrenia sistemática, forçada e controlada pelo Estado, encontramos as origens do «duplopensar». Ao trabalhar no seu romance, Orwell começou a encarar o simples ato de escrever como uma das últimas possibilidades para a manifestação da resistência humana. Publicou as suas reflexões no artigo «Writers and Leviathan», no verão de 1948, na *Politics & Letters*. O socialismo pragmático de Orwell convenceu-o de que as fidelidades de grupo são necessárias, «e no entanto são nocivas para a literatura, na medida em que a literatura é produto de indivíduos». É no momento em que Winston Smith, criatura débil que é, começa a escrever um diário clandestino, no momento em que começa a pôr as suas próprias palavras no papel, que o Grande Irmão passa a estar ameaçado. Orwell diz que a escrita verdadeira «será sempre produto do ser mais sensato, que se mantém à parte, regista as coisas que são feitas e reconhece a sua necessidade, mas se recusa a ser enganado a respeito da verdadeira natureza de tais coisas».

A temática das relações entre língua e política, entre a condição do discurso humano e da escrita, e a condição do discurso do corpo político, passava a estar no centro das preocupações de Orwell. O autor declara-o sem rodeios no seu famoso ensaio *A Política e a Língua Inglesa*, de 1946. A propaganda de guerra levada a cabo por ambos os lados tinha deixado Orwell repugnado. Presentiu o tipo de erosão de estilo que as mendácias empacotadas dos meios de comunicação social haveriam de causar. A própria política, escreveu Orwell, «é um aglomerado de mentiras, evasões, disparates, ódio e esquizofrenia». E é precisamente porque «todos os assuntos são assuntos políticos» que este aglomerado ameaça invadir e extinguir o vigor respeitável de todo o discurso humano. A decadência da língua inglesa ainda tem cura. Nunca usar uma palavra longa quando se pode usar uma curta, preferir sempre que possível os modos ativos

aos passivos, não usar gíria quando se pode usar o inglês do cotidiano, «preferir quebrar qualquer destas regras a dizer uma barbaridade rematada». O encerramento do ensaio tem a eloquência da impaciência:

A linguagem política [...] está concebida para fazer a mentira parecer verdadeira e o crime respeitável, e para dar um aspeto sólido ao vento puro. Não se pode mudar tudo isto de um momento para o outro, mas pode-se, pelo menos, alterar os hábitos de cada um, e de tempos a tempos até se pode, caso se zombe alto e bom som, mandar algumas frases gastas e sem utilidade — *botas da ditadura, calcanhar de Aquiles, antro, caldeirão cultural, prova de fogo, verdadeiro inferno*, ou outros bocados de detritos verbais — para o caixote do lixo, onde deviam estar.

Nota-se, de passagem, que esta frase de encerramento faz eco de um «trotskismo» célebre. Trotski e a sua retórica foram uma preocupação em *O Triunfo dos Porcos*; podiam voltar a sê-lo nos acontecimentos da Pista n.º 1.

O reconhecimento da existência de reciprocidades orgânicas entre língua e sociedade é tão antigo quanto Platão. Este reconhecimento tem sido reanalisado e aprofundado na teoria política e na teoria da história de Joseph de Maistre, a grande voz da reação e do pessimismo cultural do final do século XVIII e início do século XIX. A obra de Bernard Shaw é frequentemente um exercício declarado para purgar a hipocrisia e a ilusão do discurso público e privado. Orwell acrescenta a esta tradição polémica um interesse especial pela corrupção da linguagem na literatura infantil, nas artes populares, no entretenimento de massas e na «má» literatura (cf. o ensaio sobre Kipling, de 1942, que inclui uma análise da fascinante indelicadeza da linguagem de Kipling). Mas entre estas críticas e o passo que Orwell dá com *1984* existe ainda um hiato.

A atitude de Orwell em relação a Jonathan Swift era ambígua. «Numa perspetiva política e moral estou, tanto quanto consigo entender, contra ele. No entanto, é curioso que Swift seja um dos escritores que admiro com menos reservas, e parece-me impossível vir alguma vez a fartar-me de *As Viagens de Gulliver*, em particular.»

É, diz Orwell, um dos seis livros que haveria de guardar se todos os outros tivessem de ser destruídos. O retrato de Swift, latente em «Politics vs. Literature» (*Polemic* de Setembro-Outubro de 1946) está próximo do autorretrato: «Swift não era detentor de uma sabedoria vulgar, mas tinha uma intensidade de visão incrível, capaz de descortinar uma única verdade escondida e de a aumentar e distorcer de seguida.» Na parte III de *As Viagens de Gulliver*, Orwell encontra uma «previsão extraordinariamente clara do “estado policial” assombrado por espões». Informadores, acusadores, delatores e testemunhas mentirosas amontoam-se no Reino da Tribnia. A acusação e a contra-acusação são mecanismos dos assuntos públicos. Swift, observa Orwell, antecipa o automatismo macabro dos Processos de Moscovo. Estes vários elementos, filtrados pela obra *Nós* de Zamiatine, serão explorados em *1984*. No entanto, na minha opinião, é noutro pormenor da parte III que Orwell se depara com a pista crucial. Na «grande Academia de Lagado», que Swift satiriza de forma impetuosa, há sábios muito solícitos ocupados a inventar novas formas de linguagem sistematicamente simplificadas. Estão, claro, a criar a «novilíngua».

A apreensão, o desenvolvimento e a sistematização que Orwell faz da pista de Swift proporcionam a *1984* o seu direito à grandiosidade. É aqui que Orwell vai para além da cópia fornecida por Zamiatine. «Duplopensar», «Grande Irmão», «proles», «Ministério do Amor» e «Novilíngua» passaram para a linguagem. A «impessoa» tornou-se ameaçadoramente indispensável na contabilidade atual das burocracias do terror, sejam elas da União Soviética, da Argentina, da Líbia ou da Indonésia. Num nível mais profundo, e até sem considerar o divertimento fantasmagórico de Orwell com alguns elementos da dialética de Hegel, conforme aparecem na lógica marxista, as famosas inversões em novilíngua — «Guerra é Paz», «Liberdade é Escravidão», «Ignorância é Força» — tocam no ponto nevrálgico da nossa política. O apêndice sobre «Os Princípios da Novilíngua» exhibe uma autoridade implacável que está ausente em grande parte da história. Seria como se toda a carreira de Orwell, enquanto repórter, analista político, crítico literário e linguístico, escritor de ideias, tivesse servido de prelúdio a esta declaração gélida:

Uma pessoa que crescesse tendo a novilíngua como sua única língua deixaria de saber que *igual* fora outrora o significado secundário de «politicamente igual», e que *livre* significara «intelectualmente livre», tal como, por exemplo, uma pessoa que nunca tenha ouvido falar de xadrez não conhecerá os significados secundários que se associam a *rainha* e *torre*. Haveria um grande número de crimes e de erros que estariam fora do seu alcance simplesmente porque não tinham nome e eram, portanto, inimagináveis. E seria de prever que, com o passar do tempo, as características distintivas da novilíngua se fossem tornando cada vez mais notórias — as palavras desenvolver-se-iam cada vez menos, os seus significados seriam cada vez mais rígidos, e as hipóteses de as sujeitar a um uso impróprio diminuiriam constantemente.

Este axioma da economia é talvez a única falta de rigor na previsão de Orwell, baseada que foi em Swift. A novilíngua que realmente falamos implica uma inflação verbal: nos serviços de informações, um assassinio é aparentemente rotulado de «afastamento com grave dano»; os desenvolvimentos recentes que ocorreram em El Salvador ou nas Filipinas são descritos como «entendimentos esperanças dos princípios dos direitos humanos». Mas o método é o mesmo. Pretende-se impossibilitar a clareza da representação e a heresia do pensamento eliminando, ou obscurecendo, a linguagem através da qual elas podiam ser elaboradas ou comunicadas. Uma das afirmações de Orwell dá um realce quase intolerável a grande parte do sistema educativo primário e secundário dos Estados Unidos. Na novilíngua, palavras complexas, polissilábicas, palavras difíceis de pronunciar, são consideradas, *ipso facto*, más palavras. Difíceis de perceber e registadas de forma ambígua, tais palavras não se limitam a ser elitistas mas permitem também que o inconformismo encontre espaço para respirar.

Existe uma virtuosidade sádica e autolacerante na utilização que *1984* faz de toda esta invenção. De novo, a revelação surge numa das considerações que Orwell tece a respeito de Swift: «Prazer e descontentamento estão relacionados de uma forma muito estranha.» Os exemplos de tradução da velhilíngua para a novilíngua, o detergente estilístico e a estenografia de mentiras praticados por Winston Smith, enquanto apaga ou falsifica todos os textos do passado passíveis

de lançar a dúvida na opinião oficial do partido político dos dias de hoje, são convincentes. Apesar de «bempensado», «crimepensar» «campalegre» e «pensarpol» não terem ainda entrado no inglês anglo-americano, funcionam muito bem no livro. E basta-nos abrir os jornais diários ou ver televisão para que tenhamos a certeza da utilidade do termo «patofalar»: «É uma daquelas palavras interessantes com dois sentidos opostos. Aplicada a um adversário, é um insulto; aplicada a alguém com quem estamos de acordo, é um elogio.» Por exemplo: na Polónia a lei marcial é vista como tirania pura sobre os direitos humanos básicos e na Turquia é um preparativo necessário para o dia em que chegarem as instituições democráticas. Não menos perturbadores ou engenhosos são os contraexemplos de Orwell, ou seja, a exploração que o autor propõe da novilíngua através da inferência negativa. Chaucer, Shakespeare, Milton e Byron não conseguem encontrar forma de expressão no vocabulário do Grande Irmão. Serão, obviamente, traduzidos; e esta tradução torná-los-á não só algo diferente, mas «algo contraditório com o que tinham anteriormente sido». Na novilíngua da relação e da procriação autorizadas, a própria frase «Amo-te» será um «sexocrime» arcaico e intraduzível (muitos manuais atuais sobre os prazeres do sexo ou sobre a psicologia social do sexo não estão longe daquilo que Orwell imaginou). Em virtude da sua aura de liberdade privada e clandestina, até «eu sonho» virá a ser um fragmento da velhilíngua, intraduzível e prestes a ser erradicado. E uma pessoa interroga-se a si própria sobre se o autor de *1984* se terá deparado com a ostentação do *Reichsorganisationsleiter* de Robert Ley, apregoado em 1933, pouco depois da subida do regime nazi ao poder: «Na Alemanha de hoje, a única pessoa que ainda tem vida privada é aquela que dorme.»

O tema novilíngua é brilhantemente explorado. Com um piscar de olhos à *Enciclopédia Britânica*, Orwell diz-nos que a versão utilizada em *1984* segue a nona e a décima edições do Dicionário da Novilíngua. No entanto, o apêndice diz respeito à «versão final, aperfeiçoada, que segue a décima primeira edição». Continua a existir um enorme volume de história, de informação, de belas-letas que precisa de ser purgado e traduzido. Mas a grande tarefa ficará concluída até 2050. Nesse momento abençoado, a língua, tal como outrora a conhecemos, deixará de ser necessária: «De facto, não *haverá* pensamento confor-

me o entendemos hoje. Ortodoxia significa não pensar — não precisar de pensar. Ortodoxia é inconsciência.» Ou iliteracia, ou um sistema televisivo que funcione vinte e quatro horas por dia. Ou a designação de um teste termonuclear pelo nome «Operação Brilho do Sol».

Na obra *1984*, pouco mais apresenta uma força comparável. A questão da mulher e do sexo provoca no trabalho de Orwell um romantismo escrupuloso. Júlia não foge à regra. As campainhas florescem no caminho formando um tapete espesso; o tordo «solta uma torrente de música»; Júlia atira a roupa para o chão «com um gesto esplendoroso, capaz de aniquilar uma civilização inteira»; o seu corpo alvo brilha ao sol. O sexo é referido com a «coisa» — não na novíngua, mas nas palavras de Orwell («Gostas de fazer isto? Quer dizer, gostas de fazer a coisa em si, não apenas de a fazer comigo?»; «Eu adoro esta coisa»). É mais ou menos o mesmo romantismo, genuíno e ao mesmo tempo autoirónico, que dá cor à rebelde incursão de Winston Smith na «Londres velha», no mundo proibido da loja de antiguidades. Há o pisa-papéis vitoriano que, no centro poeirento, tem um «objeto convoluto estranho e cor-de-rosa que fazia lembrar uma rosa ou uma anémone-do-mar». «Laranjas e limões, dizem os sinos de São Clemente. Deves-me três tostões, dizem os sinos de São Martinho.» Aqui há «raparigas de tenra idade, com lábios pintados de forma grosseira» e jovens que andam atrás delas. A mescla de fascínio e repulsa experimentada por Winston Smith, cuja sensibilidade estamos destinados a aceitar como enfadonha e cansativa, é em várias ocasiões e de forma desconfortável sentida pelo próprio Orwell.

Antes de *1984* eram já muitos os registos de tortura nas celas de polícia em regimes totalitários; sabia-se que havia quem infligisse de forma metódica a dor ao corpo humano e o sujeitasse a humilhações sistemáticas. Depois de Auschwitz e do *gulag* vieram as brutalidades da guerra na Argélia e no Vietname. Os nossos estômagos encheram-se de horrores pormenorizados e ganharam calo. Contudo, a terceira parte da «utopia» de Orwell (designação atribuída pelo próprio) consegue ser muito difícil de suportar. Apesar de tudo, era assim que devia ser. Somos levados a imaginar na nossa medula, por assim dizer, a hedionda dor física que se abateu sobre Winston Smith. Estamos destinados a sentir vómitos por causa daquilo que nos está a ser dito:

O cotovelo! Caíra de joelhos, quase paralisado, apertando com a outra mão o cotovelo ferido. Tudo explodira numa luz amarela. Era inconcebível, inconcebível que um golpe pudesse provocar tanta dor! A luz desvaneceu-se e ele conseguiu ver os outros dois que, do alto, olhavam para si. O guarda ria-se das suas contorções. Pelo menos obtivera resposta a uma questão. Nunca, por razão nenhuma, podia alguém desejar que lhe aumentassem a dor. Da dor pode apenas desejar-se uma coisa: que pare. Não havia no mundo nada tão mau como a dor física. Diante da dor não há heróis, não há heróis, pensou, e voltou a pensar, enquanto se contorcia no chão, agarrando-se inutilmente ao seu braço esquerdo magoado.

Isto é de um poder brutal. É testemunha do sentimento obstinado que Orwell nutre a respeito das exigências do corpo humano, da forma perfeitamente legítima como conseguem por vezes chegar a superar os ideais e as imposições mais nobres. À semelhança de Jonathan Swift, também Orwell estava entranhado do verdadeiro e tremendo cheiro nauseabundo da carne.

Mas não é esta expressão de sofrimento que torna o final de *1984* tão difícil de aceitar. Penso que estamos perante algo mais complicado de definir: uma lascívia algo macabra, um tom de *Kitsch* sádico, precisamente como os que Orwell encontrara no decorrer do seu estudo sobre a literatura de cordel. Temos as próprias palavras de Orwell — estaria, com certeza, a concordar respeitosamente com o seu correspondente — em como considerou constrangedores os procedimentos famosos da sala 101. O caso da tortura dos ratos de gaiola que iam ser libertados para arrancar os olhos de Winston Smith e de seguida lhe devorar a língua não é invenção de Orwell. Podemos obter informações a respeito do tema naqueles volumes duvidosos de *Castigos* ou *História da Tortura e da Mutilação*, que ainda se podem encontrar nos alfarrabistas da Charing Cross Road. Mas a sua utilização em *1984* tem um certo feitiço onanístico. Estamos perante a «doença», mas em mais de um sentido. A carta a Warburg de 22 de outubro de 1948 contém uma prova evidente. Orwell diz que o livro «é uma boa ideia mas podia estar mais bem executado se não tivesse sido escrito sob influência da tuberculose». Tal influência parece-nos predominar. As torturas, as abjeções, a autotraição infligida a 6079

Smith W. são, muito obviamente, a transposição desses momentos sofridos de George Orwell durante os sucessivos períodos de hospitalização que foram completamente em vão. «Não havia nada a fazer: todos os seus membros, até a cabeça, estavam imobilizados [...] Sentiu dentro de si uma enorme convulsão de náusea e quase perdeu a consciência. Ficou tudo preto. Por momentos enlouqueceu, tornou-se um animal aos guinchos.» É Orwell quem está falar; fala da dor dos seus pulmões consumidos, do fosso da terapia esbanjada. Comparativamente, as incursões elegantes e metafísicas sobre a tuberculose na *Montanha Mágica* de Thomas Mann parecem inofensivas. Por fim, a dificuldade com *1984* é o seu foco. No decorrer de grande parte da composição da obra, Orwell parece entendê-la como uma sátira de advertência ao «gerencialismo» tecnocrata e à mecanização descontrolada. À luz disto, *1984* teria sido uma visão mais negra de *RUR* de Karel Capek — obra à qual devemos a palavra «robô» — ou de *Tempos Modernos*, de Charlie Chaplin. Mas o livro não é nada disto. É uma alegoria levemente disfarçada do estalinismo, onde os acontecimentos reais e as implicações ideológicas do conflito Estaline-Trotsky são cruciais. *1984* é, a muitos níveis, uma expansão, uma «humanização» literal da fábula esquemática que ficou estabelecida com *O Triunfo dos Porcos*.